

## **ISOMORFISMO INSTITUCIONAL E SUA INFLUÊNCIA NO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR ELÉTRICO**

**LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR**

UFU - Universidade Federal de Uberlândia  
lcjunior1004@hotmail.com

**VALDINEY ALVES DE OLIVEIRA**

UFU - Universidade Federal de Uberlândia  
valdiney\_oliveira@zipmail.com.br

**ILIRIO JOSÉ RECH**

Universidade Federal de Uberlândia  
ilirio@terra.com.br

**IGOR VIEIRA NUNES**

UFU - Universidade Federal de Uberlândia  
igornunesv@gmail.com

**ISOMORFISMO INSTITUCIONAL E SUA INFLUÊNCIA NO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR ELÉTRICO**

**RESUMO**

O objetivo deste estudo é analisar a influência do Isomorfismo Institucional no processo de elaboração das demonstrações financeiras das empresas brasileiras do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa, investigando sua relação com o nível de evidenciação dos contratos de concessão. Para tanto, foi realizada pesquisa descritiva e documental, com abordagem quantitativa dos dados, desenvolvida com auxílio de análise de correlação e regressão linear múltipla. Para a amostra foram consideradas 35 empresas, sendo que os dados coletados das demonstrações financeiras foram do período de 2009 a 2014. Os resultados obtidos comprovam a existência de um processo isomórfico de natureza coercitiva, explicado pela relação positiva entre o nível de evidenciação e a variável “período”, ou seja, devido a obrigatoriedade de adoção da ICPC 01 a partir de 2010, as empresas passaram a evidenciar mais informações referente aos contratos de concessão e com o passar do tempo foram se adaptando à nova norma. Além disso, o fato de serem empresas reguladas pelo governo também pode comprovar a existência de isomorfismo coercitivo, uma vez que estão sujeitas a pressões políticas. Por fim, foi possível também constatar que quanto maior o tamanho da empresa, maior é o nível de evidenciação dos ativos abordados na pesquisa.

**Palavras-chaves:** Isomorfismo, contratos de concessão, evidenciação.

**ABSTRACT**

*The objective of this study is to analyze the Institutional Isomorphism Influence In the process of preparation of the financial statements of Brazilian Companies of Electricity Sector Listed on the BM & FBovespa, investigating YOUR Relationship with the disclosure level of the Concession Agreement. Therefore, it performed descriptive and documentary research, with quantitative Data Approach, developed by with correlation analysis Relief and linear regression Multiple. For a sample Were considered 35 companies, Being que OS demonstrations Financial Data collected Were make 2009 period to 2014. The obtained results show the hum of existence isomorphic process coercive nature, explained the positive side Relationship between the level of disclosure ea Variable " Period ", IE due to mandatory adoption of ICPC 01, 2010 Breaking, as Company spent evidence MORE INFORMATION TO Concerning Concession Agreements and the Time Skip Were adapting to the new standard. In Addition, the fact that they are companies regulated Hair Government MAY ALSO prove the existence of coercive isomorphism, since they are under pressure Policies. By FIM it was possible que Also note the larger the size of the Company, Major and the level of disclosure of assets covered in the search.*

*Keywords: Isomorphism, concession agreements, disclosure.*

## 1. INTRODUÇÃO

Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade a busca pela qualidade das demonstrações contábeis tornou-se um aspecto importante para as empresas brasileiras, bem como para os diversos usuários da informação contábil. A comparabilidade entre os relatórios das organizações de todo o mundo é um dos principais objetivos da padronização das normas, principalmente a partir de 2010, ano que foi estabelecida a obrigatoriedade de adoção às International Financial Reporting Standards (IFRS) no Brasil (DALLABONA; MAZZIONI; KLANN, 2012). Todo esse processo pode ser visto como um marco na história econômica do país, sendo então uma busca pelo progresso e desenvolvimento perante todas as nações.

Contudo, essa busca pela padronização e qualidade dos relatórios pode comprovar os princípios estabelecidos pela Teoria Institucional, que afirma que “instituições do mesmo segmento, sujeitas a pressões sociais e do governo, e com as mesmas condições, tendem a ser semelhantes em seu comportamento e por consequência na evidenciação de suas informações financeiras” (BRITTO; SANTOS, 2013, p. 3). Há então a tendência de uma conduta homogênea das entidades, o que pode de algum modo influenciar na elaboração das demonstrações contábeis.

Sob esse contexto podemos observar um processo comum nas organizações brasileiras, que é o chamado isomorfismo organizacional. Dimaggio e Powell (1983) explicam que empresas diferentes, atuantes em um mesmo ramo de negócios, fazem emergir uma força que as levam a se tornarem similares umas às outras. Os autores denotam então que “o conceito que melhor capta o processo de homogeneização é o de isomorfismo” (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 76).

Com os avanços tecnológicos e a busca pelo crescimento sustentável o setor energético é apontado como um dos mais importantes de toda a economia. Ribeiro e Santos (2004) destacam a grande importância do setor elétrico em aspectos econômicos, políticos e sociais. Júnior *et al.* (2007) concordam explicando que a energia é elemento essencial na agenda de políticas governamentais além de ser destaque no processo de definição de estratégias empresariais.

Historicamente, a infraestrutura de serviços públicos, como estradas, túneis, hospitais e rede de distribuição de energia, foi de responsabilidade governamental, seja a construção, operação e manutenção. Para motivar a participação do setor privado nesse processo os governos passaram a introduzir contratos de prestação de serviços, conhecidos como contratos de concessão, onde uma entidade privada (concessionário) se responsabiliza em construir, manter e operar a infraestrutura para prestação do serviço e o governo (poder concedente) realiza o pagamento ao concessionário.

As empresas passaram a ter que apresentar em suas demonstrações financeiras informações referentes aos contratos de concessão, reconhecendo e mensurando as obrigações e os direitos do concessionário. Mesmo atuando em um segmento específico em parceria com o governo, essas empresas trabalham em um mercado competitivo e estão sob a atenção dos diversos *stakeholders* no que se refere à qualidade das informações divulgadas. Por isso, o correto tratamento dos dados referentes aos contratos de concessão é importante, não apenas para o concessionário, como também para os acionistas, os usuários dos serviços, as instituições financeiras, o governo, entre outros.

Com a criação da lei nº 11.638/2007 e o desenvolvimento da contabilidade societária, algumas informações necessárias à regulação e fiscalização das empresas concessionárias e permissionárias do setor elétrico, passaram a não serem mais disponibilizadas nos relatórios contábeis. Com o objetivo de preservar e auxiliar na fiscalização de tais informações foi instituída em fevereiro de 2010 a Contabilidade Regulatória, que estabelece práticas e

orientações contábeis essenciais a essas empresas, tornado obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conforme art. 7º da Resolução Normativa nº 396 da ANEEL:

Ficam instituídas as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR, cujo modelo será estabelecido pela ANEEL, bem como os livros contábeis auxiliares regulatórios, de adoção obrigatória pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

As demonstrações, também conhecidas como Balanços regulatórios, são essenciais na evidenciação de dados condizentes com a situação econômico-financeira das concessionárias e permissionárias do setor elétrico, em conformidade com a estrutura regulatória determinada pela ANEEL. Para a divulgação dessas informações foi também instituída a Central de Informações Econômico-Financeiras do Setor Elétrico – CIEFSE, que fica disponível no sítio da agência reguladora (ANEEL, 2012).

Concomitante, outro fator relevante para o mercado de energia elétrica no Brasil foi a adoção do ICPC 01 (IFRIC 12), uma Interpretação Técnica, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que orienta sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas regidos através dos contratos de concessão. Com isso, houve a necessidade de diversas mudanças nas práticas contábeis das empresas, buscando padronizar o processo de elaboração dos relatórios financeiros.

Diante disso, surge a necessidade de se estudar a dinâmica dos principais atores participantes do setor elétrico (agência reguladora e as empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia), investigando fatores que geram isomorfismo no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Dessa forma, surge o seguinte questionamento: a evidenciação de informações relacionadas aos contratos de concessão das empresas abertas de energia elétrica tendem a sofrer influências isomórficas?

Assim, para responder essa questão, o objetivo geral deste trabalho é verificar a influência do isomorfismo institucional no nível de evidenciação das informações referentes aos contratos de concessão das principais empresas abertas de energia elétrica no Brasil.

O tema abordado se justifica pela necessidade de compreensão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, bem como os diversos fatores que podem influenciar na sua qualidade. Assim, estudar pressões isomórficas nas empresas exercidas por agentes internos e externos torna-se essencial para a teoria, para a prática e também para a academia contábil. Temos então um campo de estudo a se explorar, principalmente no que compete o Isomorfismo Institucional.

Outra justificativa é a necessidade da correta evidenciação de informações nas demonstrações financeiras, principalmente com as diversas mudanças geradas com o processo de padronização contábil desde 2010. No caso das empresas do setor elétrico, justifica o estudo do ICPC 01, do ICPC 17, da Resolução Normativa nº 396 da ANEEL, além de outros termos legais que influenciaram o surgimento de um processo isomórfico nas organizações estudadas, identificando então um campo para estudo principalmente de isomorfismo coercitivo e normativo.

O setor elétrico foi escolhido devido sua importância para a economia brasileira e também por sua direta ligação com a sustentabilidade, termo relevante na atualidade, uma vez que a energia elétrica é um dos recursos mais explorados no mundo. Além disso, os recentes reajustes tarifários da energia elétrica no Brasil têm causado apreensão nos brasileiros, sendo importante compreender a dinâmica de gestão dessas empresas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Convergência contábil

Com a criação da lei 11.638/07 o Brasil deu o primeiro passo para convergência às normas internacionais de contabilidade, buscando assim uma padronização dos relatórios perante o mercado mundial. Posteriormente, já no ano de 2010, ficou acordado conforme compromisso entre CVM e BACEN, que as companhias abertas deveriam publicar suas demonstrações em conformidade com as IFRS (GRECCO, 2013, p. 122).

Com esse processo de convergência, a busca pela qualidade dos relatórios tornou-se ponto de destaque para as organizações brasileiras. Rosa e Tiras (2013, p 145) destacam que “a adoção do IFRS pelo Brasil é também um sinal para o mundo de seu compromisso com o aprimoramento da qualidade da informação financeira”.

Macêdo et al. (2011, p. 46) explicam que de acordo com o IASB, o meio apropriado para as empresas atingirem a comparabilidade dos relatórios financeiros é a divulgação de informações consistentes.

Para auxiliar as empresas no processo de convergência, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que conforme segundo capítulo da Resolução nº 1055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2005):

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Com isso é possível verificar um marco na linha histórica da contabilidade no Brasil, criando então um cenário de diversas mudanças no comportamento das organizações, bem como um vasto campo para desenvolvimento de novos estudos relacionados com a convergência contábil brasileira.

### 2.2 Isomorfismo Institucional

É importante compreender o conceito de isomorfismo, identificando seus tipos e sua influência no processo de elaboração dos relatórios contábeis das organizações estudadas. Segundo Daft (1999, p.347) “o isomorfismo institucional é o surgimento de uma estrutura e abordagem comuns entre as organizações do mesmo setor”. Diniz (2003, p. 64) admite esse conceito afirmando que o isomorfismo “pode ser descrito como o processo que induz uma organização dentro de um ambiente organizacional a se assemelhar às outras, através de modificações nas características que a conduzam a se compatibilizar com as outras organizações”.

DiMaggio e Powell (1983) identificaram três tipos de Isomorfismo Institucional: Isomorfismo Coercitivo, que advém de influências externas exercidas sobre as organizações, tais como forças políticas, legais e normativas; Isomorfismo Mimético, quando as empresas estão sob um ambiente de incertezas e objetivos ambíguos de maneira que baseiam seu comportamento em outras organizações que são referência; e Isomorfismo Normativo, que se relaciona com a busca pela profissionalização, visando atender determinados padrões técnicos e métodos de trabalho atuais e eficazes.

Daft (1999, p. 347) corrobora com essa linha afirmando que “existem três mecanismos principais: o isomorfismo mimético, que resulta de respostas à incerteza, o isomorfismo normativo, que resulta do treinamento comum e do profissionalismo, e o isomorfismo coercitivo, que se origina da influência política”.

Em busca de compreender melhor a influência do isomorfismo nas organizações, alguns autores realizaram pesquisas relacionadas com o assunto. Beuren, Fachini e Nascimento (2010) analisaram empresas familiares do setor têxtil de Santa Catarina, pesquisando evidências de isomorfismo nas funções de controladoria. Com o trabalho, foi possível identificar características isomórficas na maioria das empresas estudadas.

Alinhado com esse conceito, Moura e Filho (2012) testaram a hipótese de que forças institucionais sofridas por empresas do setor de energia elétrica têm correlação positiva com grau de isomorfismo identificado em seus Relatórios da Administração. Ao final da pesquisa foi evidenciado que pressões institucionais fazem com que as empresas estudadas tenham uma tendência em publicar os Relatórios mais padronizados.

Para investigar os fatores determinantes para a adoção de padrões internacionais de contabilidade nas empresas do setor elétrico listadas na BM&F Bovespa, Zonatto et al. (2011) identificaram, através de seu trabalho, que as características que melhor explicam a aderência às normas internacionais são os índices de tamanho da empresa, necessidade de financiamento, endividamento total, imobilização e rentabilidade do patrimônio líquido

Já Sampaio et al. (2012) investigou a existência dos três tipos de isomorfismo nos relatórios anuais e de sustentabilidade nas empresas do ramo de mineração. Os resultados encontrados com a pesquisa foram um aumento no volume de informações socioambientais e também a existência de um processo isomórfico nos indicadores sociais internos e externos no período analisado.

Dallabona, Mazzioni e Klann (2012) analisou nas empresas listadas na BM&F BOVESPA a influência do isomorfismo coercitivo gerado pela adoção das IFRS em relação a evidenciação de ativos biológicos e produtos agrícolas. Com a pesquisa, o autor concluiu que um ponto importante que se constituiu como base para a existência de isomorfismo foi a Nova Sociologia Institucional, justificando a influência da convergência às IFRS com nível de evidenciação dos ativos abordados. Identificou também que a padronização contábil resultou no aumento da qualidade das demonstrações financeiras.

Em um trabalho semelhante ao presente estudo, Silva, Rech e Cunha (2014) investigaram a presença de um processo de mudança isomórfica nas informações relativas aos ativos intangíveis evidenciadas nas demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras. A pesquisa confirmou, através de análise estatística de dados, a presença de isomorfismo nas empresas, além de explicar alguns fatores que influenciaram o nível evidenciação dos ativos intangíveis como fonte de isomorfismo, tais como o tamanho da empresa e dos ativos intangíveis, nível de governança corporativa e empresa de auditoria. Este trabalho se difere por focar seu estudo em ativos relacionados aos contratos de concessão de empresas abertas do setor de energia elétrica.

Diversas empresas dentro do mesmo segmento vêm passando por esse processo que às levam a adotarem comportamento semelhante, principalmente na divulgação das demonstrações contábeis, justificando a realização desse estudo.

### **2.3 Setor elétrico no Brasil**

Durante muito tempo, a indústria de energia brasileira foi regida e financiada exclusivamente pelo Estado, utilizando recursos internos, arrecadados por tarifas dos consumidores, e externos com financiamento fora do país. Antunes (2006, p. 21-22) explica que: “era ele, o próprio Estado, que determinava as tarifas de energia, considerando as necessidades gerais da economia nacional. Com esta concepção, a atração de investimentos e a eficiência do sistema dependiam diretamente da gestão pública”.

Contudo, após anos de soberania estatal na gestão da indústria elétrica, ficou evidente que o governo não era mais capaz de financiar o setor sozinho. Portanto, após conflitos políticos entre União e estados, viu-se a necessidade de privatização (SOUZA, 2002).

Para regular essa disputa, foi criada em 1996 a ANEEL, com a finalidade de exercer a fiscalização do setor de energia elétrica no Brasil. Um aspecto legal que instituiu a agência reguladora é a lei nº 9.427/97, como descreve o artigo 2º do capítulo 1º: “A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.” (BRASIL, 1988).

A partir de então começaram a surgir os contratos de prestações de serviços, onde há o incentivo do governo para a participação do setor privado no desenvolvimento, manutenção e financiamento da infraestrutura do país. Esses contratos responsabilizam entidades privadas, chamadas então de concessionárias, a executarem serviços públicos por tempo determinado, recebendo do governo pelo trabalho prestado. É denominado, portanto de Contrato de Concessão, sendo regido por documento formal que determina as diretrizes as serem cumpridas, como mecanismos de preço e níveis de desempenho. (CPC, 2010)

Em dezembro de 2009, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da deliberação nº 611, tornou obrigatória a Interpretação Técnica ICPC 01. Dessa forma, as companhias abertas devem utilizar a ICPC 01 como orientação sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, para exercícios findos a partir de dezembro de 2010. Dentre as instruções contidas na ICPC 01 destacam-se informações referentes ao reconhecimento e mensuração do contrato, ativos intangíveis, ativos financeiros, custo de empréstimos incorridos pelo concessionário, serviços de operação, dentre outras. Além disso, a interpretação dispõe também de três exemplos ilustrativos auxiliando as empresas na forma de contabilização. (CPC, 2010)

A ICPC 01 é baseada na norma internacional de contabilidade IFRIC 12 (*Service Concession Arrangements*), que abrange os princípios gerais de mensuração e reconhecimento dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão de serviços. A norma está disposta em cinco seções: Interpretação, Apêndices, Notas informativas, Exemplos ilustrativos e Base para conclusões.

Com a emissão da ICPC 01, as empresas brasileiras reguladas atuantes como concessionários estavam diante de um grande desafio, no que se refere à padronização das informações contábeis relacionadas aos contratos de concessão. A busca pela adequação gerou muitas dúvidas para as entidades, o que levou a emissão, por parte do CPC de uma orientação que fornece esclarecimentos de pontos pertinentes ao ICPC 01. Assim, em dezembro de 2010, a CVM, através da deliberação nº 654, tornou obrigatória a Orientação OCPC 05.

Diante tantos fatores históricos, com mudanças e adaptações institucionais, podemos verificar uma complexidade no que concerne a gestão deste setor. Isso serviu de incentivo para a pesquisa, que buscou avaliar as características atuais de organização, focando no conceito de isomorfismo.

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Classificação da Pesquisa**

O presente estudo pode ser classificado como descritivo, pois tem por objetivo identificar e comparar os dados coletados das demonstrações contábeis, mas sem interferir nos mesmos, uma vez que os relatórios já foram publicados pelas empresas. De acordo com Beuren (2009) “descrever significa, identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos”.

Classificar a pesquisa como descritiva é apropriado, pois pretende-se realizar uma análise e interpretação das demonstrações contábeis das empresas estudadas identificando uma possível existência de isomorfismo em sua elaboração, porém sem interferir na realidade dos dados. A realização de análises e descrições de características das empresas também reforça a classificação do estudo como sendo descritivo.

Quanto à abordagem, este trabalho se classifica como quantitativo, uma vez que será realizada análise de dados e adoção de meios estatísticos, para o tratamento das informações coletadas (BEUREN, 2009). Serão utilizadas correlação e regressão múltipla.

Referente aos procedimentos técnicos o presente estudo se classifica como documental e bibliográfico. Documental, porque será realizada análise das informações contidas nas demonstrações contábeis das empresas adotadas, e bibliográfica, pois serão utilizados artigos publicados em diversos periódicos voltados para a contabilidade e gestão, além de livros para definições teóricas.

Conforme Beuren (2009) a tipologia documental baseia-se em análise de matérias que ainda não foram estudados ou que podem ser reestruturados conforme o objetivo da pesquisa. Já a bibliográfica, com natureza teórica, tem como objetivo colher conhecimentos e informações relacionadas a um problema identificado.

### 3.2 Amostra e Forma de Coleta dos Dados

O universo da pesquisa compreende todas as companhias abertas com ações negociadas na BM&FBovespa. As empresas selecionadas para compor a amostra foram as do setor de energia elétrica, sendo identificadas 42 empresas com atividade na bolsa de valores, com o período de análise constituído dos anos de 2009 a 2014, porém 6 delas iniciaram suas atividades a partir do ano de 2010 e períodos posteriores. Assim, por não apresentarem demonstrações financeiras para análise em todo espaço de tempo estudado, foram excluídas da amostra, pois a falta das informações desses exercícios poderia comprometer a qualidade da pesquisa. Além disso, uma empresa também foi descartada por estar em recuperação judicial. Portanto a amostra foi construída com 35 empresas do setor de energia elétrica que possuem ações negociadas na BM&FBovespa.

A coleta dos dados utilizados na pesquisa foi realizada através das demonstrações financeiras e notas explicativas das empresas que compõe a amostra disponíveis no sítio da BM&FBovespa e também na base de dados Economatica.

Para a escolha do período de análise, tomou-se como base o ano de 2009 como período de pré-aprovação da ICPC 01, sendo importante investigar as informações das empresas antes do início do processo de adaptação à Interpretação Técnica. O exercício de 2010 como ano de adaptação às novas regras, sendo esse um período intermediário, e finalmente os anos de 2011 a 2014 como período pós-aprovação da ICPC 01, verificando o processo de mudanças ocorrido na busca pela padronização das informações referentes aos contratos de concessão de empresas do setor elétrico.

Em relação às variáveis, foi considerado o conteúdo da Interpretação técnica ICPC 17, onde todos os aspectos dos contratos de concessão exigidos para divulgação nas notas explicativas são mencionados. Dessa forma, foram consideradas as seguintes variáveis:

**Variável dependente:** relaciona-se com a evidenciação contábil de ativos referentes aos contratos de concessão das empresas selecionadas. Seguem no Quadro 1 abaixo, os aspectos considerados na pesquisa para a determinação da variável dependente “Nível de Evidenciação”.

Quadro 1 - Itens relacionados para análise

Itens para Determinação da Variável Dependente
01 Evidencia a descrição do acordo contratual
02 Evidencia o período da concessão
03 Evidencia datas de reajustes nos preços
04 Evidencia as bases sobre as quais o reajuste ou renegociação serão determinados
05 Evidencia obrigação de prestar serviços ou direitos de receber serviços
06 Evidencia obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão
07 Evidencia opção de renovação ou de rescisão
08 Evidencia como o contrato de concessão foi classificado.

Fonte: Compilado do ICPC 17 (2011).

Para investigar a evidenciação ou não evidenciação das informações listadas no Quadro 01, pelas empresas, em suas demonstrações contábeis e notas explicativas, foi atribuída nota 1 para as respostas afirmativas aos quesitos e nota 0 para as respostas negativas. Em seguida, calculou-se o nível de evidenciação de cada empresa, obtido da divisão do somatório das notas recebidas em cada item pela nota total dos itens relacionados para análise.

**Variáveis independentes:** Foram considerados elementos relacionados com as características das empresas, que influenciam na evidenciação de informações com tendência isomórfica. As variáveis utilizadas estão alinhadas com os trabalhos de Dallabona, Mazzioni e Klann (2012), Moura, Frank e Varela (2012) e Silva, Rech e Cunha (2014). Seguem demonstradas no Quadro 2 as variáveis independentes e as respectivas *dummies* derivadas.

Quadro 2 - Variáveis independentes

Variáveis	Dummy
Período	2009 = 0; 2010 = 1; 2011 = 2; 2012 = 3; 2013 = 4; 2014 = 5
Empresa de Auditoria Independente	1 = Big Four
	0 = Outras
Mercado	1 = Compõe o nível diferenciado da Bovespa
	0 = Não compõe o nível diferenciado da Bovespa
Tamanho	Ativo Total
Tamanho dos ativos da concessão	Ativo intangível + Imobilizado
Nível de endividamento	Passivo Total sobre Ativo Total
Controle	1 = Estatal
	0 = Outros
Lucratividade	Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido
Rentabilidade	Lucro Líquido sobre Ativo Total

Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.3 Tratamento dos Dados

Foram utilizadas as ferramentas do *software Statistical Package for Social Sciences SPSS®*, que auxiliaram na análise das variáveis explicativas que pudessem influenciar a variável dependente “nível de evidenciação”. Para tanto, foram aplicadas as técnicas de Correlação e Análise de regressão múltipla, além do teste de *Ladder* para a correção de

algumas variáveis quantitativas e o teste de normalidade Shapiro-Wilk, que buscou identificar se a distribuição dos dados apresentava-se de forma normal ou não.

O coeficiente de Correlação é uma medida que pode variar de -1 a 1, sendo que ele fornece informação quanto ao modo de associação das variáveis. Se o coeficiente for negativo, indica que a relação entre as variáveis é indireta, ou seja, altos valores de uma variável indicam valores baixos de outra variável. Se for positiva, a relação é direta, onde altos valores de uma variável informam altos valores de outra variável. Quanto mais próximo de (1), independente do sinal, mais perfeita é a correlação (MUNDSTOCK et al, 2006).

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, as variáveis quantitativas, “Nível de evidenciação”, “Ativo da Concessão” “Ativo Total”, “Rentabilidade”, “Endividamento” e “Lucratividade” foram submetidas à estimação do teste *Ladder*, que buscou identificar o melhor método para correção e inserção das variáveis nos testes a serem realizados. A partir deste teste, a variável “Ativo da Concessão” foi ajustada com a raiz quadrada do valor do Ativo da concessão, e a variável “Ativo Total” ajustado pelo logaritmo natural do saldo de Ativo Total.

Posteriormente, foi realizado o teste de normalidade, a fim de verificar se os dados apresentam distribuição normal ou não. O resultado do teste Shapiro-Wilk demonstrado na Tabela 1 apontou que os dados não provem de uma distribuição normal, pois o nível de significância ( $Prob > z$ ) da variável KPMG é maior que 0,05. Sendo assim a utilização de um teste não paramétrico é apropriado.

Tabela 1 – Teste de Normalidade

Variáveis	Teste Shapiro-Wilk				
	Obs	W	V	z	Prob>z
2009	210	0,961	6.096	4.169	0,000
2010	210	0,961	6.096	4.169	0,000
2011	210	0,961	6.096	4.169	0,000
2012	210	0,961	6.096	4.169	0,000
2013	210	0,961	6.096	4.169	0,000
2014	210	0,961	6.096	4.169	0,000
Nível de Evidenciação	210	0,924	11.783	5.689	0,000
Rentabilidade	210	0,445	86.434	10.286	0,000
Endividamento	210	0,329	104.453	10.722	0,000
Lucratividade	210	0,478	81.188	10.141	0,000
Empresa Auditoria Independente	210	0,977	3.586	2.946	0,002
Controle	210	0,977	3.516	2.900	0,002
Segmento (Mercado)	210	0,972	4.299	3.364	0,000
Ernst & Young	210	0,987	2.081	1.690	0,045
KPMG	210	0,988	1.896	1.476	0,070
Deloitte	210	0,966	5.359	3.872	0,000
Price	210	0,946	8.350	4.895	0,000
Ativo Conc Ajustado	210	0,877	19.155	6.810	0,000
Ln Ativo Total	210	0,881	18.527	6.733	0,000

Após realizado o teste de normalidade, foi realizado o teste de correlação, buscando analisar o grau de relação entre as variáveis estudadas. A Tabela 2 apresenta os coeficientes de correlação encontrados.

Tabela 2 – Matriz de correlação entre as variáveis.

Variáveis	Nível Evid	Período	Atv Conc Aj	Atv Total Aj	Rentab	Endivid	Lucrat	Controle	Seg GC	Ernst & Young	KPMG	Deloitte	Price	Auditoria
Nível Evid	1,000													
Período	0,307*	1,000												
Atv Conc Aj	0,090	-0,068	1,000											
Ln Tamanho	0,213**	0,050	0,720	1,000										
Rentab	-0,171	-0,181	-0,019	-0,059	1,000									
Endivid	0,052**	0,005	-0,213	-0,453	-0,130	1,000								
Lucrat	-0,117	-0,206	0,046	0,002	0,147	-0,049	1,000							
Controle	0,117	0,000	0,307	0,264	-0,295	-0,051	-0,122	1,000						
Seg GC	0,062	0,000	0,272	0,305	0,002	0,050	0,158	-0,005	1,000					
Ernst&Young	0,078	-0,074	-0,192	-0,189	0,096	0,115	0,035	-0,219	-0,143	1,000				
KPMG	0,038	-0,104	0,070	0,094	-0,016	-0,026	-0,044	0,170	0,197	-0,409	1,000			
Deloitte	-0,155	0,167	0,093	0,096	0,054	-0,023	0,156	0,009	0,181	-0,297	-0,304	1,000		
Price	0,140	0,197	0,198	0,068	-0,012	-0,110	-0,069	0,020	-0,111	-0,248	-0,254	-0,184	1,000	
Auditoria	-0,132	-0,164	-0,157	-0,058	-0,173	0,020	-0,105	0,036	-0,188	-0,216	-0,221	-0,161	-0,134	1,000

\*significativo a 1%, \*\*significativo a 5%.

Conforme exposto na Tabela 2, nota-se que a variável “Nível de Evidenciação” tem correlação positiva com a variável “Período”, no valor de 0,31, estatisticamente significativa em nível de 1%, o que demonstra que ao longo dos anos as empresas passaram a evidenciar mais informações sobre os contratos de concessão. O resultado se justifica pela obrigatoriedade de adoção da ICPC 01 e que com o passar do tempo as empresas foram se adaptando às instruções exigidas pela norma. Essa evidencia também foi observada por Dallabona, Mazzioni e Klann (2012), porém com uma pesquisa relacionada com evidenciação de ativos biológicos e produtos agrícolas e por Silva, Rech e Cunha (2014) que focaram em ativos intangíveis.

Quanto à variável “Tamanho”, representado pelo logaritmo natural do ativo total da empresa, percebe-se também correlação positiva com a variável “Nível de evidenciação” em um coeficiente de 0,213, com significância em índice de 1%, comprovando que quanto maior for a empresa, maior é o nível de evidenciação das informações em suas demonstrações financeiras referentes aos contratos de concessão. O resultado vai de acordo com a pesquisa realizada por Zonatto et al. (2011) que estudou as características das empresas do setor elétrico, que justificassem a aderência as normas internacionais de contabilidade.

Ainda analisando a variável principal “Nível de evidenciação” podemos observar sua ligação com as empresas de auditoria, onde é identificada relação direta com as variáveis “Price” e “Ernest & Young”, com índice de 0,140 e 0,078 respectivamente. A variável “KPMG” também apresentou resultado positivo (0,038), porém em menor significância. Assim, notamos que as empresas de auditoria Price e Ernest & Young são as que mais evidenciaram informações sobre os contratos de concessão.

Quanto ao nível de endividamento, os testes mostram que quanto maior for este índice nas empresas, maior é o nível de evidenciação de informações encontrado nas demonstrações financeiras, pois o resultado da correlação entre as variáveis é positivo com valor de 0,052, com nível de 5% de significância. A evidência se opõe ao que foi encontrado no trabalho de Silva, Rech e Cunha (2014) e corrobora com o estudo de Macagnan (2009). Entretanto, as duas pesquisas citadas foram voltadas para a evidenciação apenas de ativos intangíveis.

Constata-se também por meio da Tabela 2, que a rentabilidade das empresas, resultado da divisão do Lucro Líquido sobre o Ativo total, também exerce influência no nível de evidenciação de ativos vinculados aos contratos de concessão. Os resultados apontam que empresas com maior nível de rentabilidade tendem a evidenciar menos informações, uma vez que a variável apresenta relação inversa com o nível de evidenciação em -0,171. Novamente o resultado obtido com a pesquisa converge com o estudo de Macagnan (2009).

Finalmente, para verificar o nível de significância exercido pelas variáveis independentes sobre a variável dependente “Nível de evidenciação” fez-se a utilização do modelo de regressão linear múltipla. Seguem exibidos os resultados na Tabela 3.

Tabela 3 – Resultado do Modelo de Regressão

Variável	Coefficiente	Erro padrão	T	P>t
Constante	-0,130	0,278	-0,470	0,640
2009	-0,287	0,083	-3,450	0,001*
2010	-0,033	0,080	-0,410	0,682
2011	-0,025	0,080	-0,310	0,755
2012	0,025	0,078	0,320	0,749
2013	0,000	0,078	0,000	0,998
Período	0,227	0,032	5,735	0,001*
Rentabilidade	-0,001	0,001	-0,730	0,469
Endividamento	0,0001	0,000	2,290	0,023**
Lucratividade	0,000	0,000	0,110	0,914
Auditoria	-0,030	0,016	-1,800	0,074
Controle	0,064	0,046	1,400	0,164
KPMG	-0,031	0,044	-0,700	0,484
Deloitte	-0,082	0,066	-1,230	0,219
Price	0,071	0,064	1,110	0,270
Ativo da Concessão ajustado	0,000	0,000	-1,520	0,129
Logaritmo Tamanho	0,068	0,019	3,540	0,001*
Mercado	0,003	0,018	0,140	0,886

Variável dependente: Nível de evidenciação

As variáveis “Ano 2014”, “Ernst &Young” e “Outras empresas de auditoria” foram excluídas da análise, pois foi identificado que as mesmas apresentaram alto grau de colinearidade, ou seja, elevada correlação, sendo apontadas como não potenciais variáveis discriminatórias para o modelo.

O modelo de regressão mostra que o tamanho da empresa, representado pela variável “Logaritmo Tamanho” e a variável “Endividamento” apresentam grau de significância, ao nível de 1% e 5% respectivamente. Nota-se ainda que ambas as variáveis apresentam coeficiente positivo, indicando que elas exercem influência diretamente proporcional com o nível de evidenciação das informações relacionadas aos contratos de concessão das empresas.

As demais variáveis se mostraram menos significativas para explicar as variações no nível de evidenciação das informações referentes aos contratos de concessão das empresas estudadas, pois se apresentaram significantes em nível maior que 5%, identificando assim uma maior probabilidade de erro na relação das variáveis.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou avaliar o nível de evidenciação apresentado pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa, em relação às informações divulgadas sobre contratos de concessão, investigando a presença de um processo de isomorfismo, além de identificar as variáveis que influenciam o nível de evidenciação como fonte de forças isomórficas. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, documental, através de análise do conteúdo das notas explicativas e com abordagem quantitativa, realizada com o auxílio de correlação de variáveis e regressão linear múltipla.

Os resultados demonstram que no período anterior à adoção da ICPC 01 (2009), houve um menor nível de evidenciação das informações referente aos contratos de concessão. Já no primeiro ano de obrigatoriedade da Interpretação técnica, as empresas divulgaram informações mais claras e concisas. Isso é comprovado pelo elevado grau de relação positiva identificada entre as variáveis estudadas “Período” e “Nível de evidenciação”. Com isso podemos confirmar a presença de isomorfismo coercitivo, pois a imposição legal gerada pela ICPC 01 forçou as empresas a adotarem um procedimento padrão na divulgação de suas informações. Além disso, o fato das organizações estudadas sofrerem regulação do poder público, representado pela ANEEL, também é forte indício de isomorfismo coercitivo.

Ainda em relação aos fatores que mais explicam o nível de evidenciação de informações referente aos contratos de concessão, constatou-se que características como o tamanho da empresa e o nível de endividamento, são preponderantes explicativas do modelo adotado na análise dos dados.

O estudo demonstra, portanto, serem verdadeiros os princípios estabelecidos pela Teoria Institucional, de que organizações que estão sob as mesmas pressões organizacionais e atuantes em um mesmo segmento, tendem a apresentar comportamento padrão. Neste caso, comprovou-se então que a teoria é aplicável às empresas do setor de energia elétrica, explicando a existência de um processo isomórfico no processo de elaboração das demonstrações financeiras, mais especificamente no nível de evidenciação apresentado sobre os ativos relacionados aos contratos de concessão.

Cabe destacar ainda que os resultados convergem com os conceitos idealizados por DiMaggio e Powell (1983), autores de grande destaque para estudo do Isomorfismo Institucional, sendo citados em muitos trabalhos que foram utilizados para a realização desta pesquisa, como Dallabona, Mazzioni e Klann (2012), Moura e Filho (2012) e Beuren, Fachini e Nascimento (2010).

Como sugestão de pesquisas futuras, recomenda-se investigar a existência de isomorfismo em outros grupos de empresas, como as do ramo de telecomunicações, tecnologia ou instituições financeiras. Além disso, a teoria pode ser comparada também com empresas de outros países que passaram ou ainda passam pelo processo de padronização contábil, buscando investigar características que os levem ao processo isomórfico.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Informações Técnicas. **Central de Informações Econômico-Financeiras**. Disponível em:

<<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=731>>. Acesso em: 24 de maio 2015.

ANTUNES, F. M. **A Institucionalização do Modelo Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro – O Caso das Distribuidoras de Energia Elétrica**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2006. 104 p. Disponível em:

<[http://www.aneel.gov.br/biblioteca/trabalhos/trabalhos/Dissertacao\\_Flavia\\_Mesquita.pdf](http://www.aneel.gov.br/biblioteca/trabalhos/trabalhos/Dissertacao_Flavia_Mesquita.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2014.

BEUREN, I. M., et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, I. M.; FACHINI, G. J.; NASCIMENTO, S. Evidências de Isomorfismo nas Funções da Controladoria das Empresas Familiares Têxteis de Santa Catarina. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, ano 07, v.1, n. 13, p. 35-62, jan./jun., 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2010v7n13p35/19923>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

BRASIL. Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19427cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19427cons.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2014.

BRASIL. ANEEL. **Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010**. Institui a Contabilidade Regulatória e aprova alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010396.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015.

BRITTO, W. S. F.; SANTOS, R.. Isomorfismo nos Relatórios das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA do setor Siderúrgico: 2006 a 2008. In: Pluralidades Econômicas, Sociais e Ambientais: interações para reinventar o nordeste rural, 8. 6 a 8 nov. 2013. Parnaíba-PI. **Anais...** Parnaíba: SOBER, 2012. Disponível em: <<http://www.viiiisoberne.com.br/anais/ARQUIVOS/GT3-97-24-20130926173021.pdf>>.. Acesso em: 09 jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n. 1055**, 7 de out. 2005. Cria o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em : <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1055.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2014.

DALLABONA, L. F.; MAZZIONI, S.; KLANN, R. C. A Influência do Isomorfismo Coercitivo Decorrente da Adoção das IFRS em Relação à Evidenciação de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA, 14. 26 a 28 nov. 2012. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGEMA, 2012. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/upload/pdf/2011/918-958.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

DAFT, R. L. **Teoria e projeto das organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DIMAGGIO, P. J; POWEL, W. W. A Gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. In: RAE Clássicos. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, V.45, n 2, abr/jun, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/179275287/A-Gaiola-de-Ferro>>. Acesso em: 16 fev. 2014

DINIZ, C. M. **Isomorfismo nas Práticas de Gestão Ambiental em duas Grandes Organizações do Complexo Mínero-Siderúrgico do Espírito Santo**. Dissertação de

Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. 2003. 191 p. Disponível em:  
<[http://www.ut.com.br/ufes\\_mes/upload/anexo\\_dissertacao%20clarkeson\\_154628.pdf](http://www.ut.com.br/ufes_mes/upload/anexo_dissertacao%20clarkeson_154628.pdf)>.  
Acesso em: 15 fev. 2014.

GRECCO, M. C. P. O Efeito da convergência brasileira às IFRS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras. **Brazilian Business Review**, Vitória, Vol. 10, n. 4, p. 117-140, out./dez. 2013. Disponível em:  
<[http://www.bbronline.com.br/public/edicoes/10\\_4/artigos/kgyxfiknds13122013150054.pdf](http://www.bbronline.com.br/public/edicoes/10_4/artigos/kgyxfiknds13122013150054.pdf)>.  
Acesso em: 09 fev. 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

JUNIOR, H. Q. P.; ALMEIDA, E. F.; BOMTEMPO, J. V.; IOOTTY, M.; BICALHO, R. G. **Economia da Energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MACÊDO, H. C.; PAULO, E.; MARTINS, V. G; NIYAMA, J. K. Análise da sensibilidade do resultado contábil às variações do ativo permanente ocasionadas pela lei nº 11.638/071. **Revista de Informação Contábil**, Recife, Vol. 5, n. 3, p. 43-58, Jul/Set/2011. Disponível em:  
<<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/view/397/263>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 46-61, maio/ago. 2009. Disponível em:  
<<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34290/37022>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

MOURA, F. V.; FILHO, J. M. D. Pressões Institucionais e o Isomorfismo dos Relatórios de Administração publicados por empresas do setor de Energia Elétrica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 22 a 26 de set. 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2012. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/~anpad/>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

PASSOLONGO, C.; ICHIKAWA, E. Y.; REIS, L. G. Contribuições da Teoria Institucional para os Estudos Organizacionais: o caso da universidade estadual de londrina. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 9, n. 1, p. 19-26, jan./mar 2004. Disponível em:  
<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/295/282>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A Remuneração de Capitais Utilizados para Financiamento dos Ativos de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica Medida por Meio da DVA. **Brazilian Business Review**, Vitória, Vol. 1, n. 1, p. 17-30, 2004. Disponível em:  
<[http://www.bbronline.com.br/public/edicoes/1\\_1/artigos/@bh3vj@7cx26112010135608.pdf](http://www.bbronline.com.br/public/edicoes/1_1/artigos/@bh3vj@7cx26112010135608.pdf)> . Acesso em: 16 fev. 2014.

ROSA, R. C.; TIRAS, S. L. Adoção do IFRS no Brasil: um terreno fértil para pesquisa sobre gerenciamento de resultados. **Brazilian Business Review**, Vitória, Vol. 10, n. 4, p. 141-156, out./dez. 2013. Disponível em:  
<[http://www.bbronline.com.br/public/edicoes/10\\_4/artigos/ur6pe7ufwq17122013164308.pdf](http://www.bbronline.com.br/public/edicoes/10_4/artigos/ur6pe7ufwq17122013164308.pdf)> . Acesso em: 09 fev. 2014.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L. FILHO, J. M. D. Evidenciação de Informações Sócio Ambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 105-122, jan./mar., 2012. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/download/2370/1855>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SANTOS, N. N. F., et al. Nível de evidenciação obtido na divulgação das notas explicativas de instrumentos financeiros derivativos segundo a deliberação CVM nº 550/08. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.1, n.13, p. 175-196, jan./jun., 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/download/2175-8069.2010v7n13p175/19907>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

SILVA, M. A.; RECH, I. J.; CUNHA, M. F. Influência do isomorfismo organizacional no nível de evidenciação de ativos intangíveis. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 8., 17 a 20 de ago. 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AnpCONT, 2014. Disponível em: [http://www.furb.br/\\_upl/files/especiais/anpcont/2014/328\\_3.pdf?20150519162644](http://www.furb.br/_upl/files/especiais/anpcont/2014/328_3.pdf?20150519162644). Acesso em: 22 mar. 2015.

SOUZA, P. R. C. **Evolução da indústria de energia elétrica brasileira sob mudanças no ambiente de negócios: um enfoque institucionalista**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2002. 171 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83512/184974.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

ZONATTO, V. C. S., et al. Ftores determinantes para a adoção de padrões internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação em empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, vol. 5, n. 12, p. 26-47, Jul. 2012. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/246/200>>. Acesso em: 03 mar. 2015.